

POR UMA EDUCAÇÃO LINGÜÍSTICA: O TRABALHO COM A GRAMÁTICA NORMATIVA

Norma Barbosa Novaes – (Faculdades Integradas FAFIBE)
Gleice Fernanda Ferreira – (G- Faculdades Integradas FAFIBE)
José Carlos Constantin Junior - (G- Faculdades Integradas FAFIBE)
Auricélia Dantas Scalon - (G- Faculdades Integradas FAFIBE)
Jaqueline Dutra da Silva - (G- Faculdades Integradas FAFIBE)

Resumo: Abordagem teórico-prática sobre a educação lingüística, por meio de propostas de trabalho que assegurem aos alunos o conhecimento de recursos lingüísticos diversos para desenvolver habilidades lingüísticas e assim atender às suas necessidades comunicativas.

Palavras-chave: educação lingüística; gramática normativa; ensino

1. A educação lingüística

Uma perspectiva moderna de ensino/aprendizagem, preocupada com os problemas educacionais do cotidiano, toma como foco a preparação para o exercício da cidadania. Para alcançar essa meta, faz-se necessário uma busca por uma prática pedagógica que considere o aluno em seu meio e adote uma metodologia baseada em ações reflexivas que aproximem a realidade escolar da realidade social do aprendiz.

Seguindo esse princípio, deve-se ter claro que o ensino só fará sentido se preparar o aluno para a vida em sociedade, com o fim de melhorar sua qualidade de vida. No caso específico do trabalho com língua materna, essa proposta se justifica porque, quando o usuário possui domínio e consciência do uso da língua, consegue colocar-se melhor como sujeito nas relações sociais e utilizar esse instrumento para a consecução de seus objetivos, segundo aponta Travaglia (2003, p. 15).

Nesse sentido, pode-se considerar como usuário competente da língua a pessoa que tem condições não só de escolher, dentre os vários recursos lingüísticos, o que produz o efeito de sentido desejado, mas também de perceber e interpretar as intenções explícitas ou implícitas no texto do outro.

Com base nessa concepção, o foco da prática pedagógica deve ser a descoberta e a análise pelos aprendizes

"...das possibilidades significativas dos recursos lingüísticos e sua condição de uso para funcionar como pistas e/ou instruções de sentido para dado efeito de sentido pretendido ou possível, tanto na produção quanto na compreensão dos textos com que interagimos comunicacionalmente."
(TRAVAGLIA, 2003, p. 19-20).

Na perspectiva apontada por Soares (2002, p. 46), um ensino nesses moldes assume um compromisso com o combate das desigualdades sociais e econômicas por meio do domínio do dialeto de prestígio, com o fim de aquisição de um instrumento fundamental de participação política e transformação social.

Advém dessas concepções a proposta de trabalho com a educação lingüística, com o fim de mostrar a relevância do aprendizado da norma culta ou padrão, devido a

sua valorização política, econômica e cultural na sociedade. Porém, é necessário ter em mente que o conceito de norma lingüística não pode de forma alguma ser reducionista no sentido de impor um uso que não atenda às necessidades comunicativas do falante, mas deve abordar uma norma atual, e não a determinada pela tradição normativa, em muitos pontos já ultrapassada.

Assim, a análise da língua deverá se pautar pela idéia de que a gramática da língua permite uma interação mais eficaz quando os recursos mais expressivos e adequados podem ser percebidos pelo usuário e para ele estão prontamente disponibilizados.

2. Educação lingüística e ensino de gramática normativa

Uma primeira questão a se ponderar no tocante à educação lingüística é a variação lingüística, que é o reflexo da variedade social. Principalmente pelo fato de essas diferenças se refletirem na linguagem, esse tema precisa ser trabalhado para não haver preconceito e para os alunos entenderem que podem ocorrer diferenças nos textos construídos, o que não significa necessariamente erro.

Aliado a esse pensamento que deve guiar as ações do professor, deve-se considerar

que a exclusão pela linguagem é certamente um dos maiores fatores de exclusão social. Por ser a língua um poderoso mecanismo de identidade, mas um perverso instrumento de poder, a sociedade transita pela fronteira entre a identidade e o poder às vezes sem perceber e, assim, corrobora, inexoravelmente através dos tempos, todas as abomináveis práticas de preconceito lingüístico. (BAGNO, 2002, p. 38)

A escola tem papel importante nesse sentido e deve, até mesmo por uma questão de justiça e igualdade social, promover um ensino crítico da norma padrão, que desmistifique a idéia comum de essa norma ser considerada “mais bonita”, “mais lógica” e “mais coerente” que as demais variedades usadas pela maioria dos falantes.

Assim, faz-se necessário um trabalho sério e comprometido com o ensino de gramática normativa, porém, sem se esquecer de que, como alerta Bagno (2002, p. 38), ensinar gramática normativa não é ensinar a falar, ler e escrever, mas ensinar conhecimento lingüístico consciente de língua materna. Esse estudo deve ter como ponto de partida o conhecimento que o aluno já possui a respeito da língua materna, fazendo-o perceber a importância da adequação nas mais diversas situações.

É importante salientar também que o aluno sabe o que precisa falar em seu nível de comunicação, apenas não domina a nomenclatura ou termos técnicos que são usados para descrevê-la. A respeito disso, vale lembrar que

uma coisa é saber a língua, isto é dominar as habilidades de uso em situações concretas de interação, entendendo e produzindo enunciados, percebendo as diferenças entre uma forma de expressão e outra. Outra, é saber analisar uma língua dominando conceitos e metalinguagens a partir dos quais se fala sobre a língua, se apresentam suas características estruturais e de uso. (GERALDI, 2002, p. 46).

Segundo o autor, dentre as atividades de ensino, devem prevalecer aquelas voltadas para o ensino da língua, tendo o suporte da metalinguagem apenas quando necessário para alcançar o objetivo final de domínio lingüístico.

Partindo desses pressupostos, uma das primeiras tarefas a se cumprir é a seleção de conteúdos para o desenvolvimento de uma proposta de trabalho, considerando sempre a intenção de desenvolver as habilidades lingüísticas dos alunos. Esse passo inicial depende da percepção de quais tópicos devem ser priorizados, no caso, em quais pontos de gramática normativa se apresentam as principais dificuldades.

Para alunos de uma quinta série, por exemplo, problemas normativos muito comuns são os relativos à ortografia, à pontuação e à concordância nominal e verbal, dentre outros.

Para o ensino e aprendizagem de ortografia, Morais (2003) sinaliza o fato de esse tópico ser marcado por preconceitos, tanto pelos professores e outros cidadãos que têm uma postura persecutória ante os alunos quando cometem erros, como pelos educadores que, para defenderem um aprendizado e um uso da língua escrita mais úteis e significativos, enxergam na preocupação com a correção ortográfica um sinal de conservadorismo, ambas posturas consideradas equivocadas. Como conclui o autor, o aprendizado da ortografia e a valorização da escrita convencional dependem da forma como se vivencia o ensino/aprendizado na escola. Desse modo, uma opção eficaz seria a de trabalhar com uma forma de ensinar e aprender considerando, sobretudo a compreensão das regras ortográficas – quando as houver - e não a simples apresentação para os alunos, seguida do aprendizado por meio do decorar a grafia da palavra.

No tocante à pontuação, deve-se entender a supremacia da reflexão: mais importante do que classificar esses sinais, é refletir sobre as intenções dos usuários nas situações de interação e aprender a empregar essas marcas de forma a produzir o sentido desejado, como aponta Mendonça (1996, p.81). Esse modo de abordar tal tópico contribui para o reconhecimento e uso adequado da pontuação nos diferentes contextos criados pelo produtor do texto.

Relativamente à concordância nominal e verbal, Mollica (2003, p. 19) afirma a necessidade de abordar esse aspecto devido ao estigma relativo à forma distanciada da norma padrão. O uso da forma não padrão acarreta uma avaliação negativa do usuário por parte da sociedade dita letrada, tornando-se então um conteúdo relevante quando se pensa em educação lingüística. Para o domínio funcional dessa estrutura, as atividades propostas devem contemplar as regras de concordância mais recorrentes nas situações cotidianas e não todos casos apresentados nos manuais, o que tornaria o trabalho exaustivo e pouco eficaz.

Para o estudo e apreensão dos aspectos gramaticais explorados, além das análises específicas de cada tópico em textos diversificados, é fundamental a revisão de textos, um processo que permite a articulação entre leitura, produção textual e reflexão sobre a língua. De acordo com os PCNs de Língua Portuguesa, essa prática permite que o aluno olhe para o texto para torná-lo mais claro e compreensível, mais bonito ou agradável de ler. Assim, esse trabalho

além do objetivo imediato de buscar eficácia e a correção da escrita, tem objetivos pedagógicos importantes: o desenvolvimento da atitude crítica em relação à própria produção e a aprendizagem de procedimentos eficientes para imprimir qualidade aos textos. (PCNs de Língua Portuguesa, 1997, p. 54)

3. Por uma educação lingüística: proposta de ações didático-pedagógicas

Para uma demonstração da abordagem adotada e da metodologia de trabalho com os conteúdos selecionados, encontra-se a seguir um breve relato do projeto de Iniciação Científica “Educação lingüística”, desenvolvido pelo Curso de Letras com alunos de uma quinta série do ensino fundamental de uma escola estadual.

As atividades realizadas com o público-alvo tiveram como focos o uso dos diferentes tipos de linguagem na produção de textos, a revisão e reescrita realizadas pelos discentes, e mais especificamente, a atenção a questões normativas como ortografia, pontuação e concordância nominal e verbal - que, como vistos, são os problemas mais comuns na fala e na escrita de alunos nessa fase escolar.

Nas primeiras aulas, foram abordados os diferentes tipos de linguagem. A atividade previa que os discentes escrevessem textos direcionados a interlocutores diversos, como uma carta para um colega, outra para um professor ou diretor e ainda uma para o prefeito ou presidente da República. Foi-lhes explicado que o texto para o colega seria escrito com o uso de uma linguagem bem simples, coloquial, tal qual a usada costumeiramente. Já o segundo, exigiria linguagem mais formal, uma vez que estariam falando com o professor ou diretor. No último, teriam de usar uma linguagem ainda mais rebuscada e com um padrão formal já convencionalizado, pois, caso contrário, a carta poderia ser desqualificada pelo provável leitor. Como era esperado, a maior dificuldade dos alunos foi para escrever o texto ao prefeito ou ao presidente, uma vez que ainda não possuem um bom domínio da norma culta e da forma convencionalizada para se escrever para o tipo de interlocutor pretendido.

Por meio desse exercício de produção textual, os alunos entenderem a importância da adequação lingüística e do uso da norma culta. Compreenderam ainda a necessidade de haver uma adaptação da linguagem às diferentes situações e perceberam que podem conservar a própria linguagem, mas precisam também aprender a norma culta, pois, ao se deparar com circunstâncias de usos diversos de linguagem, saberão fazer a adequação necessária e assim atingir seus propósitos comunicativos.

Em uma outra atividade cujo objetivo principal era trabalhar a variação lingüística e as convenções ortográficas da língua portuguesa, foi usada uma história em quadrinhos de Maurício de Souza, com o personagem Chico Bento. Após a leitura do texto, os alunos fizeram a reescrita dos diálogos ali presentes, porém usando o discurso direto, o que permitiu criar um texto de acordo com ortografia vigente, sem, no entanto, descaracterizar o personagem criado exatamente para mostrar uma fala regional e autêntica no Brasil. Neste exercício, os alunos foram conscientizados de que o dialeto considerado “caipira” não possui erros, mas é uma variação lingüística usada por uma parcela representativa do povo brasileiro e, como tal, deve ser respeitada.

Para a percepção das regras de concordância verbal e nominal, foram propostas várias atividades. Em uma delas, foram usados textos com brincadeiras já conhecidas pelos discentes, mas com alguns erros relativos a esses dois tópicos gramaticais, para se observar a estrutura lingüística e proceder às correções necessárias. A partir da mesma temática, foi sugerido aos alunos a escrita de um texto com a descrição de uma brincadeira ou jogo por eles inventado. Ao longo desses trabalhos, pode-se perceber nitidamente que, quando os alunos, durante o processo de revisão, monitoravam com mais cuidado suas produções, praticamente desapareciam os problemas de concordância. Isso lhes demonstrou que a releitura permite a correção de muitos dos problemas presentes nos textos por eles produzidos.

Uma estratégia interessante utilizada para desenvolver habilidades lingüísticas dos alunos na revisão dos textos foi a forma de indicar as falhas ou inadequações

existentes. Nas atividades iniciais, primeiramente, apontavam-se os problemas diretamente nas palavras, mas conforme as habilidades eram aprimoradas, indicava-se a linha que continha erro; com o passar do tempo, apontava-se o parágrafo com o aspecto a ser revisto; por fim, como última etapa, quando os alunos atingiram uma habilidade lingüística capaz de perceber tais problemas, apenas era-lhes comunicado que havia pontos a serem corrigidos. Assim, de modo gradual, os alunos passaram a revisar seus textos com relativa autonomia.

Com relação ao desempenho desses alunos, acredita-se que, como estava previsto, foram criadas situações que os levaram a se tornar usuários mais competente da língua. Ficou nítido que aquelas crianças, no início, com medo de falar e, principalmente com medo de escrever, passaram a interagir de forma bastante significativa com os professores durante as aulas, motivo de muito orgulho para os participantes.

Isso só foi possível quando se acreditou que, sem menosprezar a língua materna dos alunos, pode-se trabalhar com o aperfeiçoamento de habilidades lingüísticas. Antes talvez com um futuro que as condenaria por não saberem se expressar adequadamente, essas pessoas podem agora ter uma perspectiva mais ampla de participação ativa em atividades sociais e assim exercer a tão almejada cidadania plena.

3.1. Análise avaliativa

Partindo dos pressupostos citados, o projeto buscou desenvolver conhecimentos que representem subsídios para o trabalho de educação lingüística, com sugestões concretas para a ação didática em sala de aula no tocante ao desenvolvimento de habilidades lingüísticas.

A partir das atividades realizadas no decorrer do projeto, pode-se repensar sobre o trabalho com a gramática normativa. Houve a percepção de uma outra visão da língua portuguesa, substituindo a práxis comum de uso de metalinguagem pura por um ensino da língua em que o aluno domina as habilidades de uso em situações concretas de interação, entende e produz enunciados e percebe as diferenças entre uma forma de expressão e outra.

Com as orientações e reflexões teórico-práticas, foi possível utilizar procedimentos pedagógicos adequados, com o fim de alcançar o aluno e levá-lo a atingir a capacidade de se comunicar nas mais diversas situações.

Ações desse tipo criam a oportunidade de uma reflexão efetiva, com base no conhecimento teórico adquirido, o que proporciona condições de abordar com objetividade e adequação as questões centrais do processo de desenvolvimento do manejo da fala e da escrita, o que implica, de acordo com a concepção teórica adotada, deslocar o eixo de ensino do código para a interação, para a produção de sentidos.

4. Reflexões finais

Cumpramos ressaltar a contribuição que a construção de uma proposta como a discutida traz para a formação docente. Por meio de leituras seguidas de reflexões teórico-práticas e discussões sobre as aulas vivenciadas, vislumbra-se o desafio para melhorar a prática futura, num constante questionamento das ações docentes. Por meio dessa reflexão é possível o despertar da necessidade de um posicionamento pedagógico comprometido com os educandos, fruto de uma conscientização coletiva, como aponta Soares (1998, p. 92). Com a autora, foi possível concluir que o fracasso escolar é sim

uma conjugação de diversos fatores lingüístico-sociais, mas o professor tem condições de iniciar um caminho de mudanças para superação dos problemas existentes.

Com um olhar comprometido com o futuro da ação docente, o desenvolvimento de uma proposta como a apresentada permite compreender que a escola tem a função de promover a educação lingüística, de instrumentalizar o aluno para adquirir condições de participação na luta contra as desigualdades sociais e, desse modo, poder transformar a si mesmo e a sociedade.

Essas reflexões representam o passo inicial para a essencial conscientização de que o conhecimento teórico aliado a uma prática comprometida faz a diferença na ação docente.

5. Referências Bibliográficas

BAGNO, Marcos. **Dramática da Língua Portuguesa**: tradição gramatical, mídia e exclusão social. São Paulo: Loyola, 2000.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa - 1ª a 4ª séries**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

GERALDI, João Wanderlei. **O texto na sala de aula**. São Paulo: Ática, 2000.

MENDONÇA, Márcia Rodrigues de Souza. "Pontuação e sentido: em busca de parceria" *In* DIONISIO, Angela Paiva & BEZERRA, Maria Auxiliadora. **O livro didático de português**: múltiplos olhares. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

MOLLICA, Maria Cecília. **Da linguagem coloquial à escrita padrão**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003.

MORAIS, Artur Gomes de. **Ortografia: ensinar e aprender**. São Paulo: Ática, 2003.

SOARES, Magda. **Linguagem e escola: uma perspectiva social**. São Paulo: Ática, 2002.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática: ensino plural**. São Paulo: Cortez, 2003.